



Informação nº 25/2016

PROCESSO Nº : 34.194/2013 (3 volumes e 19 anexos – contendo 21 volumes)

APENSOS Nº : 460.000.327/2013 (3 volumes) e 080.003.832/2014 (6 volumes e 1 apenso – Processo nº 460.000.115/2015 – 1 volume)

INTERESSADO : Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF - MPJTCD

ASSUNTO: Representação

EMENTA: Representação. Possíveis irregularidades praticadas pela empresa Planalto Service Ltda. na execução de contratos com o Governo do Distrito Federal. Diligência. Pelo não cumprimento e pelo cumprimento insatisfatório. Novas impropriedades apontadas pelo Corpo Técnico na análise efetuada. Pelo estabelecimento de diligências. Pela procedência da representação.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Representação nº 26/2013-CF (fls. 3/4), subscrita pela nobre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCD, que noticiou que a empresa Planalto Service Ltda. teria praticado irregularidades, no âmbito de contratações da esfera federal, que poderiam estar ocorrendo no Governo do Distrito Federal, haja vista que foram empenhados mais de R\$ 14 milhões, somente no ano de 2013¹, em decorrência de ajustes celebrados com órgãos distritais (fls. 1/12 do Anexo I).

2. Na Sessão Ordinária nº 4.751, de 10.02.2015, o Tribunal exarou a Decisão nº 338/2015 (fls. 240/241), transcrita a seguir, em parte:

II – em relação à diligência contida no item II da Decisão nº 5.539/2013, quanto aos encargos sociais, considerar insatisfatórias as manifestações apresentadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF e pela atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF, pendente ainda

¹ Até 24.09.2013.



de análise pelo Tribunal a questão dos atestados de capacitação técnica; III – determinar às jurisdições indicadas no item precedente que, no prazo de 30 (trinta) dias, prestem esclarecimentos acerca das impropriedades listadas nos papéis de trabalho elaborados pelo Corpo Técnico durante a análise da documentação noticiada no item I, bem como, no mesmo prazo, se for o caso, enviem a documentação ausente em suas manifestações anteriormente encaminhadas; IV – determinar: a) à Sema que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste acerca do assunto tratado nos §§ 29 a 37 da instrução (fls. 216/219), especificamente acerca da solicitação para que a empresa Planalto Service Ltda. efetuasse matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI para o contrato de prestação de serviço com cessão de mão de obra celebrado entre ambas, contrariamente aos procedimentos constantes no Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4, bem como contrariamente ao disposto na legislação pertinente à questão; b) à atual Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – Seplag/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe as medidas adotadas para o deslinde do Processo nº 411.0000.076/2009, bem como encaminhe, no mesmo prazo, cópia do referido processo;

3. Assim, nessa assentada será efetuado o exame das diligências estabelecidas nos itens III e IV da Decisão nº 338/2015, bem como será analisado o mérito da Representação nº 26/2013-CF.

4. Cabe destacar que, em relação aos encargos sociais e trabalhistas, na fase processual antecedente, por meio dos papéis de trabalho “papel de trabalho encargos sociais”, “papel de trabalho chave” e “papel de trabalho notas fiscais retenção sefip CLDF”, associados aos autos no e-TCDF, esse Corpo Técnico apontou irregularidades quanto ao recolhimento das obrigações decorrentes dos contratos em apreço.

5. A fim de facilitar a leitura desta instrução e para melhor compreensão dos assuntos aqui tratados, esta peça será dividida a seguir em tópicos.

I – DOS ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS IMPROPRIEDADES LISTADAS NOS PAPEIS DE TRABALHO ELABORADOS PELO CORPO TÉCNICO – ITEM III DA DECISÃO Nº 338/2015

I.1 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

I.2 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL²

I.3 – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

I.4 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

² Atual Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, nos termos do art. 1º do Decreto nº 36.828, de 22.10.2015.



II – DAS DILIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ITEM IV DA DECISÃO Nº 338/2015

II.1 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

II.2 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG

III - DA REPRESENTAÇÃO Nº 26/2013-CF E DO OFÍCIO Nº 279/2013-CF

IV - DA CONCLUSÃO E SUGESTÕES

I – DOS ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS IMPROPRIEDADES LISTADAS NOS PAPEIS DE TRABALHO ELABORADOS PELO CORPO TÉCNICO – ITEM III DA DECISÃO Nº 338/2015

I.1 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

6. Em **09.04.2015**, por meio do Ofício nº 243/2015-GAB/SEMA (fls. 332/333), de 01.04.2015, e anexos (fls. 334/380), **intempestivamente**³, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF, apresentou esclarecimentos demandados no item III da Decisão nº 338/2015, bem como se manifestou acerca da solicitação para que a empresa Planalto Service Ltda. efetuasse matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI para o contrato de prestação de serviço com cessão de mão de obra celebrado entre ambas, contrariamente aos procedimentos constantes no Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4 e contrariamente ao disposto na legislação pertinente à questão.

7. Em relação à diligência contida no item III da Decisão nº 338/2015, a Sema ofertou os seguintes esclarecimentos:

B) Objetivando coibir possíveis irregularidades esta Secretaria encaminhou à empresa contratada o Ofício nº 67/2015 – SUAG/SEMA, solicitando a documentação comprobatória dos recolhimentos trabalhistas e sociais, elencados no item 25 da Informação nº 101/2014 deste Egrégio Tribunal de Contas, cujos documentos seguem anexos.

ANÁLISE

8. Conforme verificado no § 6º desta instrução (fl. 569), os esclarecimentos apresentados, via Ofício nº 243/2015-GAB/SEMA, foram protocolados nesta Corte de Contas intempestivamente. Tendo em conta o pequeno lapso temporal decorrido entre a expiração do prazo estipulado e a

³ Tendo em conta que, nos termos do artigo 206, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF, o decurso do prazo fixado pelo Tribunal se expirou em 06.04.2015 (fl. 243).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 570

Proc.:
34194/2013

apresentação do documento pela Sema, entendemos que o Tribunal possa relevar o atraso.

9. Cabe transcrever as irregularidades indicadas pelo Corpo Técnico na fase processual antecedente, após análise da manifestação então apresentada pela Sema/DF em cumprimento ao item II da Decisão nº 5.539/2013 (fl. 13):

competência 03/2013	irregularidades
relatórios do sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" apontam o valor a recolher de 0,00 para PS e R\$ 418.475,64 no código 2119 - Empresas em Geral - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SESC, SESI, SENAI, etc.)	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é de nº de arquivo BcdQXQ848P0001-56 (hora 15:44:19), pois, foi a última transmitida via SEFIP.
ausência de documentos	não foram encaminhadas as notas fiscais de prestação de serviço, bem como a GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço

competência 07/2013	irregularidades
relatórios do sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" apontam o valor a recolher de 0,00 para PS e R\$ 385.396,10 no código 2119 - Empresas em Geral - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SESC, SESI, SENAI, etc.). Portanto, o valor do relatório é inferior ao da GPS	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é de nº de arquivo EHIBgcR65qn000-0 (hora 16:07:53), pois, foi a última transmitida via SEFIP.
ausência de documentos	não foram encaminhadas as notas fiscais de prestação de serviço, bem como a GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço

10. Em relação à retificação das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, transmitida pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal não se manifestou.

11. Quanto à ausência de documentos das competências 03/2013 e 07/2013 (notas fiscais de prestação de serviço e Guia da Previdência Social – GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço), também não se manifestou, tampouco anexou cópia dos referidos documentos.

12. Os documentos acostados às folhas 339/359, são relativos à competência 01/2015 e não foram analisados pelo Corpo Técnico na Informação nº 101/2014 (fls. 208/226).



13. Diante disso, efetuamos análise dos referidos documentos, e constatamos as seguintes irregularidades:

Impropriedades	
1	Por se tratarem de documentos da competência 01/2015, esses deveriam se encontrar inseridos no processo de pagamento do contrato de prestação de serviço, desde o mês de fevereiro/2015 . Contudo, conforme noticiado pela própria Jurisdicionada, essa documentação foi solicitada à contratada mediante o Ofício nº 67/2015-SUAG/SEMA, que foi respondido por intermédio do Ofício acostado à folha 338, de 19.03.2015 , da empresa prestadora de serviço, Planalto Service Ltda. Tal fato demonstra que existe falha na fiscalização efetuada na execução do contrato em apreço, contrariando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666*, de 21.06.1993.
2	A data de emissão dos relatórios do SEFIP é de 13.03.2015 . Entretanto, por se tratarem de fatos geradores da previdência social ocorridos na competência 01/2015, essas informações deveriam ter sido efetuadas no SEFIP até o dia 06.02.2015 . Conforme pode ser observado na informação constante no sítio da Receita Federal do Brasil [#] .
3	O relatório Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS - EMPRESA (fl. 339) aponta o valor de R\$ 374.524,45 a recolher . Contudo, documentos de folhas 356/359 - GPS e comprovante de pagamento, demonstram que a empresa somente recolheu a importância de R\$ 2.944,28 e, mesmo com o recolhimento efetuado em atraso, não houve o pagamento de atualização monetária/multa e juros . Nos termos do art. 30, I, "b", da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, o pagamento deveria ter ocorrido até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência ^{II} .
4	Ausência da nota fiscal da prestação de serviço e da GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço que foi informado no SEFIP no montante de R\$ 20.714,98 (fl. 349).

*Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. (grifo nosso)

[#]A GFIP deverá ser entregue/recolhida até o dia 7 do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição à Previdência Social. Caso não haja expediente bancário no dia 7, a entrega deverá ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/orientacoes-gerais>. Acesso em 22.02.2016.



¹Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas: I - a empresa é obrigada a: [...] b) recolher os valores arrecadados na forma da alínea a deste inciso, a contribuição a que se refere o inciso IV do art. 22 desta Lei, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência; (grifo nosso)

I.2 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL²

14. Via Ofício nº 409/2015-GAB/SE (fl. 387), de 08.04.2015, **intempestivamente**⁴, a então Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal assim se manifestou, em parte:

2. Nesse aspecto, os setores técnicos desta Pasta foram orientados a realizar as diligências determinadas por essa Corte de Contas, de modo que, a Gerência de Acompanhamento de Serviços Terceirizados solicitou o encaminhamento os autos do processo nº 080.003832/2014 (6 volumes) a este Tribunal, visando o conhecimento dos documentos referentes a regularidade da empresa Planalto Service Ltda, Contrato nº 01/2012.

3. Assim, encaminho os autos do processo nº 080.003832/2014 para análise dessa Corte quanto aos esclarecimentos solicitados na Decisão nº 338/2015.

ANÁLISE

15. Conforme verificado no § 14 desta instrução (fl. 572), os esclarecimentos apresentados, via Ofício nº 409/2015-GAB/SE, foram protocolados nesta Corte de Contas intempestivamente. Tendo em conta o pequeno lapso temporal decorrido entre a expiração do prazo estipulado e a apresentação do documento pela Jurisdicionada, entendemos que o Tribunal possa relevar o atraso.

16. Cabe transcrever as irregularidades indicadas pelo Corpo Técnico na fase processual antecedente, após análise da manifestação então apresentada pela então Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal em cumprimento ao item II da Decisão nº 5.539/2013 (fl. 13):

⁴ Tendo em conta que, nos termos do artigo 206, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF, o decurso do prazo fixado pelo Tribunal se expirou em 06.04.2015 (fl. 246).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 573

Proc.:
34194/2013

competência 05/2012	irregularidades
folha de pagamento fls. 612/617 375 funcionários no montante de R\$ 333.769,12 (VALOR LÍQUIDO creditado em conta corrente)	folha de pagamento não discrimina o valor bruto e as rubricas das remunerações, impedindo a conferência do valor devido à previdência
relatório sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" - fl. 618 aponta inexistência de valor a recolher à previdência social e valor a recolher de R\$ 264.453,38 a outras entidades e fundos por FPAS	não aponta o tomador, no caso a SEE/DF
relatório sefip "Relação de Tomador/Obra - RET" aponta valor devido à Previdência Social de R\$ 137.322,96 fl. 619 Apenso - remuneração R\$ 389.370,66 e 373 trabalhadores	divergência no número de trabalhadores em relação à folha de pagamento. Quanto à base de cálculo para a previdência social não é possível confirmar o valor, tendo em vista que a folha de pagamento inserida nos autos é somente em relação ao valor líquido recebido por empregado.
ausência de documentos	não foram encaminhados os seguintes documentos: notas fiscais de prestação de serviço, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como a GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço
competência 11/2013	irregularidades
relatórios do sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" fls. 428, 430, 432, 434, 436, 438, 440, 442, 444 e 446 apontam o valor a recolher de 0,00 para PS e R\$ 498.209,14 no código 2119 - Empresas em Geral - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SESC, SESI, SENAI, etc.)	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é a acostada à fl. 446, pois, foi a última transmitida via SEFIP.
ausência de documentos	não foram encaminhadas as notas fiscais de prestação de serviço, bem como a GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço

17. Segundo o Despacho (fl. 38 do Processo nº 460.000.115/2015 – Apenso ao Processo nº 080.003.832/2014 – volume 06), de 27.03.2015, a titular da Gerência de Acompanhamento de Serviços Terceirizados assim se manifestou:

Para conhecimento e em atendimento à decisão nº 338/20154, solicitamos que a Unidade de Controle Interno, encaminhe o processo nº 080.000832/2014 – 6 volumes, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, visando o conhecimento dos documentos referente a regularidade da empresa Planalto Service Ltda, Contrato nº 01/2012.

Informamos, ainda, que consta no referido processo documento do Banco do Brasil, com a regularidade de autenticação de comprovante de pagamento.

18. Compulsando o Processo nº 080.000.832/2014, verifica-se que os documentos nele constantes são relativos a cópias de notas fiscais, relatórios do SEFIP, Guias de Recolhimento do FGTS – GRF, Guias da Previdência Social – GPS, protocolo de envio de arquivos emitido pela conectividade social – GFIP das competências 02/2012 a 3/2014, relativas ao Contrato nº 1/2012, além de outros documentos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 574

Proc.:
34194/2013

19. Cabe destacar que esses documentos por si só não são capazes de atestarem a regularidade da empresa contratada em relação aos encargos trabalhistas e sociais oriundos da execução de ajustes com cessão de mão de obra.

20. Além desses documentos é dever da contratante, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e encargos sociais pela contratada.

21. Nesse sentido, além de exigir os documentos citados no § 18 desta instrução (fl. 573), a Administração deve verificar as informações neles contidas com aquelas constantes em outros documentos, a exemplo dos dados inseridos nas folhas de pagamento, bem como averiguar se os empregados da prestadora de serviços estão recebendo vale transporte, ticket refeição, auxílio saúde, ou seja, todos os componentes de custo previstos na planilha de formação de preço que subsidiou a estimativa da contratação pública.

22. Além disso, nos termos do art. 55, XIII, da Lei de Licitações⁵ a contratada deve manter durante toda a duração do contrato as condições de habilitação e qualificação definidas pela Administração, para tanto, deve ser apresentada pela contratada a seguinte documentação: Certidão Negativa de Débito junto ao INSS - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais⁶, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

23. Nesse sentido, consoante disposto no § 1º do art. 63 do Decreto nº 32.598, de 15.12.2010, que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências, **é vedada a emissão de ordem de pagamento para contratante de serviço em débito com as Fazendas Públicas Federal e Distrital, com a seguridade social e com o FGTS.**

Art. 63. [...]

§1º Fica vedada a emissão de Previsão de Pagamento – PP e de Ordem Bancária – OB, quando verificado que o fornecedor ou contratante do serviço ou obra é devedor da Fazenda Pública do Distrito Federal, do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e da Fazenda Pública Federal.

⁵ Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

⁶ Nos termos da Portaria Conjunta SRF/PGFN nº 1.751, de 02.10.2014, a partir de 03.11.2014, essa certidão foi substituída pela Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND, que somente é emitida quando for verificada a regularidade fiscal do contribuinte quanto aos créditos tributários federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, **inclusive as contribuições previdenciárias.**



24. No presente caso, não foram localizados os documentos citados no § 22 desta instrução (fl. 574) na documentação relativa às competências 05/2012 e 11/2013, tanto no Processo nº 460.000.327/2013 quanto no Processo nº 080.003.832/2014 apensados aos presentes autos.

25. Em relação à ausência de notas fiscais referentes à prestação de serviços da competência 11/2013, esse Corpo Técnico localizou as Notas Fiscais Serviços nºs 7343, 7342, 7341 e 7340 (fls. 987 a 990 do Processo nº 080.003.832/2014) que foram emitidas no dia 23.11.2013.

26. Ocorre que, segundo destacado nas referidas Notas Fiscais, os serviços são relativos ao período de 21.10 a 21.11.2013. Tal procedimento é incompatível com a legislação afeta ao assunto, uma vez que não se pode incluir na mesma nota fiscal serviços prestados em competências diversas.

27. Nesse sentido, o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências:

Art. 31. A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 desta Lei. (grifo nosso)

28. Portanto, a competência dos fatos geradores inseridos no SEFIP corresponde a data de emissão da nota fiscal que deverá ser emitida no mesmo mês em que os serviços foram prestados à contratante.

29. Cabe destacar que, nos termos do art. 32, IV, da Lei nº 8.212/1991, a empresa é obrigada:

Art. 32. A empresa é também obrigada a:

[...]

IV – declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

30. Essa declaração à Receita Federal do Brasil – RFB se dá por meio do preenchimento da Guia de Recolhimento do FGTS – GRF, anteriormente denominada Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, necessariamente por uma única competência, sendo então transmitida pelo Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP.



31. Essa sistemática pode ser verificada nos seguintes trechos do Manual da GFIP/SEFIP para Usuários do SEFIP 8.4⁷.

1 – ABERTURA DE MOVIMENTO

1.1 - COMPETÊNCIA

Informar, no formato MM/AAAA, o mês/ano a que se referem as informações à Previdência Social e o recolhimento ao FGTS.

NOTAS:

Para o FGTS, a competência deve ser igual ou posterior a 01/1967, sendo exigidas as competências de 01 a 12.

Para a Previdência, a competência deve ser igual ou posterior a 01/1999, sendo exigidas as competências de 01 a 13, observada a nota 5 do subitem 7.3 do Capítulo I.

[...]

6 - PRAZO PARA ENTREGAR E RECOLHER

A GFIP/SEFIP é utilizada para efetuar os recolhimentos ao FGTS referentes a qualquer competência e, a partir da competência janeiro de 1999, para prestar informações à Previdência Social, devendo ser apresentada mensalmente, independentemente do efetivo recolhimento ao FGTS ou das contribuições previdenciárias, quando houver:

[...]

7.3 - GFIP/SEFIP distintas

Devem ser geradas GFIP/SEFIP distintas por:

a) competência, inclusive competência 13, observada a nota 5;

[...]

NOTAS:

[...]

5. A partir do ano de 2005, torna-se obrigatória a transmissão de GFIP/SEFIP para a competência 13, sendo facultativa esta entrega para a competência 13 dos anos de 1999 a 2004. Para mais informações sobre a GFIP/SEFIP da competência 13, observar o disposto no item 9 do Capítulo IV.

32. Quanto às demais irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico, a Jurisdicionada não apresentou esclarecimentos.

⁷ Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/gfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/manuais-e-formularios/arquivos-para-manuais-e-formularios/manualgfipsefip-kitsefipversao84.zip/view>. Acesso em 23.02.2016.



I.3 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN

33. Por intermédio do Ofício nº 418/2015-PRESI (fl. 390), de 19.05.2015, e anexos (Anexos XI, XII e XIII), tempestivamente⁸, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan assim se manifestou, em parte:

Em atendimento à Decisão nº 338/2015, dessa egrégia Corte de Contas (Processo nº 34.194/2013), encaminhamos, em anexo, a documentação considerada ausente em manifestação anterior desta Companhia, relacionada aos Contratos nº 02/2010 e 08/2013, firmados com a empresa Planalto Service Ltda.

Os registros abrangem o faturamento no período de Janeiro de 2013 a Janeiro de 2014, acompanhados, mês a mês, da Folha de Pagamento; da Relação para Crédito em Conta; da Guia de Recolhimento do FGTS; do Comprovante de Pagamento; da GFIP – Declaração das Contribuições; da GFIP – Trabalhadores Constantes do Arquivo; do Auxílio Alimentação e do Vale Transporte. Complementam o conjunto, cópia dos mencionados termos de contratos e respectivos aditivos.

34. Via Ofício nº 486/2015-PRESI (fl. 391), de 25.05.2015, e anexos (fls. 392/427), a Codeplan encaminhou cópia da Carta nº 702/2015-COM e cópias dos extratos individuais do FGTS dos funcionários alocados no Contrato nº 08/2013, celebrado com a empresa Planalto Service Ltda., referentes ao período de novembro/2014 a maio/2015.

ANÁLISE

35. A tabela a seguir aponta as irregularidades indicadas pelo Corpo Técnico na fase processual antecedente, após análise da manifestação então apresentada pela Codeplan em cumprimento ao item II da Decisão nº 5.539/2013 (fl. 13):

⁸ Tendo em conta o item I do Despacho Singular nº 188/2015 – GCPT (fl. 331) e a data do recebimento do Ofício nº 2823/2015-GP (fl. 386).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 578

Proc.:
34194/2013

competência 05/2013	irregularidades
relatório sefip "Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo sefip" fl. 23 aponta valor devido à previdência social R\$ 7.102,96; contribuição segurados devida R\$ 1.689,55, salário família R\$ 210,24; retenção R\$ 5.375,11 valor abatido pelo sefip R\$ 0,00 valor a compensar/restituir R\$ 5.375,11	relatórios emitidos pelo sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" - fls. 30, 32, 34, 36, 38, 40, 46 e 48 apontam a inexistência de salário família
resumo do relatório emitido pelo Sefip "Relação de Tomador/Obra - RET" (fl. 27 - Anexo X) aponta o valor devido à PS de R\$ 2.143.885,02, e um total de trabalhadores de 5.612 em relação a fatos geradores da previdência social e 5.386 trabalhadores FGTS	divergência entre o quantitativo de trabalhadores para a previdência social e para o FGTS
relatórios emitidos pelo sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" - fls. 30, 32, 34, 36, 38, 40, 46 e 48 apontam a inexistência de valor a recolher à previdência social. Por outro lado, constam valores a recolher a outras entidades e fundos no valor total de R\$ 452.538,59	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é a acostada à fl. 34, pois, foi a última transmitida via SEFIP.
ausência de documentos	não foram encaminhados os seguintes documentos: notas fiscais de prestação de serviço, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como a GPS com o recolhimento do valor retido no CNPJ da prestadora de serviço

competência 11/2013	irregularidades
relatório sefip "Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo sefip" fls. 236/239 nº de empregados 22	divergência do número de trabalhadores constante na folha de pagamento e no relatório em apreço
possivelmente comprovante de pagamento da GRF fl. 243	cópia ilegível e não presta como comprovante
resumo do relatório emitido pelo Sefip "Relação de Tomador/Obra - RET" (fl. 244) aponta o valor devido à PS de R\$ 2.359.438,80, e um total de trabalhadores de 5.757 em relação a fatos geradores da previdência social e 5.444 trabalhadores FGTS	divergência entre o quantitativo de trabalhadores para a previdência social e para o FGTS
relatórios emitidos pelo sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" - fls. 249, 251, 253, 255, 257, 259, 261, 263, 265 e 268 apontam a inexistência de valor a recolher à previdência social. Por outro lado, constam valores a recolher a outras entidades e fundos no valor total de R\$ 498.209,11	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é a acostada à fl. 251, pois, foi a última transmitida via SEFIP.
ausência de documentos	não foram encaminhados os seguintes documentos: notas fiscais de prestação de serviço, Certidão Negativa de Débito junto ao INSS - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT



36. Apesar de a Codeplan noticiar que foram encaminhados os documentos ausentes na análise anteriormente efetuada pelo Corpo Técnico, a tabela a seguir aponta justamente o contrário, uma vez que tais documentos não foram localizados na documentação enviada por meio do Ofício nº 486/2015-PRESI.

1	Consoante pesquisa no Sistema de Controle Externo - SISCOEX (fls.564/566), foram emitidas duas notas fiscais pela empresa Planalto Service Ltda. nos valores de R\$ 50.664,06 (referente ao período de 01 a 29.05.2013) e R\$ 1.635,24 (referente ao período de 30 a 31.05.2013). Contudo, na documentação encaminhada pela Jurisdicionada, somente consta a nota fiscal de R\$ 1.635,24 - acostada à fl. 151 do Anexo XIII, que foi emitida em 01.06.2013 (competência 06/2013). Ademais, em que pese a indicação de que a documentação é da competência maio/2013 - folha 150 do Anexo XI, na verdade, os demais documentos encaminhados são da competência abril/2013.
2	Não foram localizados os documentos indicados na tabela constante no § 34 da Informação nº 25/2016, tanto da competência maio/2013 como da competência 11/2013.
3	Em que pese a Codeplan informar que a documentação contida às fls. 1/42 do Anexo XI é relativa à competência 11/2013, verifica-se que, em que pesem os fatos geradores terem ocorridos na competência 11/2013, a data de emissão da Nota Fiscal Serviço nº 7377 - fls. 2 e 3 do Anexo XI, é de 01.12.2013. Assim, nos termos do artigo 31 da Lei nº 8.212/1991 é de 12/2013. Verifica-se ainda que os demais documentos são da competência 10/2013.

37. Em relação às demais impropriedades apontadas pelo Corpo Técnico, a Codeplan não prestou esclarecimentos.

38. Por fim, quanto aos extratos de conta do Fundo de Garantia – FGTS acostados aos autos às fls. 393/413 e 417, verifica-se que, constantemente, os depósitos foram efetuados com atraso, bem como verifica-se ainda a ausência de depósitos nas competências: novembro/2014, fevereiro/2015 e abril/2015 para alguns empregados.

1.4 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

39. Por meio do Ofício nº 249/GP (fls. 418/420), de 27.05.2015, tempestivamente⁹, e anexos (fls. 421/495 e Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX), a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF assim se manifestou, em parte:

Os membros da Comissão Executora de Contratos desta CLDF, no uso de suas atribuições legais como Comissão de execução contratual, delegada por meio do Ato do Presidente nº 585, de dezembro de 2010. Veem, prestar esclarecimentos e informações acerca de documentação solicitada e em razão de expediente proveniente da Diretoria de Administração e Finanças, constante às fls. 908/909, processo 001001254/2014, solicitando os documentos supracitado no referido despacho.

⁹ Tendo em conta o item I do Despacho Singular nº 221/2015 – GCPT (fl. 385) e a data do recebimento do Ofício nº 3129/2015-GP (fl. 389).



Dito isso, esclarecemos que a referida documentação trata de obrigação e responsabilidade da contratada no cumprimento das obrigações assumida na prestação dos serviços, necessária para possível atesto das notas fiscais, liquidação e pagamento.

Nas descrições abaixo, **constam do item 1:** informações que mapeia a documentação apresentada pela contratada após adimplementos de suas obrigações, para possível atesto, liquidação e pagamento dos serviços prestados que correspondem de janeiro a dezembro de 2013, cópias do processo de pagamento constantes dos volumes I ao V. Já o **item 2**, esse trata de documentação recomendável que deve acompanhar as notas fiscais, em vista do adimplemento das atribuições prestadas.

1. Descrição de mapeamento dos documentos constante do processo de pagamento referente ao ano de 2013:

[...]

2. Documentação: necessária para possível atesto das notas fiscais, liquidação e pagamento, em conformidade com a legislação vigente, bem como as normas descritas na IN nº 06/2013:

[...]

1.1- A comissão executora solicitou ainda, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ano de 2012. O prazo legal de entrega da declaração da RAIS ano-base 2012 iniciava-se em 15 de janeiro de 2013 e o término se era em 08 de março de 2013. A Portaria nº 05, de 08 de janeiro de 2013 que aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2012 foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) de 09 de janeiro de 2013. No entanto, a relação apresentada pela empresa é parcial, contudo estamos no aguardo que a citada empresa apresente os demais nomes que estão faltando. Às fls. 609 a 632.

Como informação complementar, face a representação protocolada por Priscila de Assis Terra, em 2 de dezembro de 2014, sob a alegação de que a empresa Planalto Service Ltda. não recolhe tributos ao INSS corretamente, afirmando que os registros dos pagamentos de muitos funcionários da Empresa ao INSS têm o mesmo número de autenticação, vimos informar as medidas que foram tomadas no intuito de responder adequadamente aos questionamentos levantados, junto a Caixa Econômica Federal, INSS, Receita Federal e TER-DF.

Diante disso, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, os documentos relacionados abaixo:

- a) Ofício nº 138 – GMD/CLDF, de 26/03/2015; não recebido até o momento manifestação da Receita Federal
- b) Ofício nº 204 – GABPRE/INSS, de 29/04/2015; com anexos
- c) Ofício nº 0403 – GIFUG BR ARRECAÇÃO E PREPASSE/CEF, de 04/05/2015; com anexos
- d) Ofício nº 135 – GMD/CLDF, de 26/03/2015; recebido manifestação negativa, iremos reiterar nova solicitação de confirmação do eleitor da representação.
- e) Cópias de documentação que trata de obrigações e responsabilidades da contratada no cumprimento das obrigações assumida na prestação dos



serviços, necessária para possível atesto das notas fiscais, liquidação e pagamento, constantes dos volumes I ao V (folhas 01 à 1624).

40. Cabe transcrever os seguintes trechos de parte da documentação citada no parágrafo anterior:

Ofício nº 138/2015 endereçado ao Secretário da Receita Federal do Brasil – RFB (fls. 421/422)

1. Solicito a Vossa Senhoria proceder à apuração de denúncia de supostas irregularidades cometidas pela Planalto Service Ltda., inscrita no CNPJ 02.843.359/0001-56, empresa contratada por esta Casa de Leis para prestar serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos.

2. Trata-se de denúncia protocolada por Priscilla de Assis Terra, em 2 de dezembro de 2014, portadora do título de eleitor 120.764.690.353, e dirigida à Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal sob a alegação de que a empresa Planalto Service Ltda., não recolhe tributos ao INSS corretamente, afirmando que os registros dos pagamentos de muitos funcionários da Empresa no INSS tem o mesmo número; os valores e as datas, contudo, são diferentes.

3. Como se pode verificar nas demonstrações abaixo apresentadas pela denunciante, todas as autenticações dão, de fato, iguais:

Guia do Senado INSS do mês 5/2011 no valor de R\$ 45.811,04 - autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640
Guia do Senado INSS do mês 5/2011 no valor de R\$ 10.322,36 - autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640
Guia do Ministério da Comunicação INSS do mês 2/2011 no valor de R\$ 1.947,63 - autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640
Guia do Ministério da Comunicação I INSS do mês 5/2011 no valor de R\$ 2.347,90 - autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640
Guia da Câmara Distrital INSS do mês 7/2011 no valor de R\$ 1.505,35 - autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640



1-302.2 – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em 15/4/2015 (fl. 441) – anexo ao Ofício nº 204 – GABPRE/INSS (fl. 423)

1. Vieram os autos a esta Coordenação-Geral para conhecimento e manifestação acerca de supostas irregularidades na apresentação de comprovantes de recolhimentos das contribuições compulsórias devidas ao INSS pela empresa **Planalto Service Ltda.** – CNPJ 02.843.359/001-56. (sic)

2. Na denúncia apresentada constam os seguintes dados:

a) Guia do Senado - Competência 05/2011, Valor R\$ 45.811,04

autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640

b) Guia do Senado – Competência 05/2011, Valor R\$ 10.322,36

autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640

c) Guia do Ministério das Comunicações – Comp. 02/2011, Valor R\$ 1.947,63

autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640

d) Guia do Ministério das Comunicações – Comp. 05/2011, Valor R\$ 2.347,90

autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640

e) Guia da Câmara Distrital – Comp. 07/2011, Valor R\$ 1.505,35

autenticação: 3.31A.0C9.6A3.06C.640

3. Em consultas realizadas no Banco de Movimento do Sistema Cobre e Sistemas de Arrecadação da Receita Federal do Brasil/MF, **por valor e competência de recolhimento** (fls. 35/46), localizou-se somente as guias nos valores de R\$ 1.947,63 – competência 02/2011 (fls. 36/40) e de R\$ 8.812,57 (fls. 44/46), esta última não mencionada na denúncia, mas com o comprovante juntado às folhas 17 do presente.

4. Em que pese o acesso aos dados e resultados das pesquisas, considerando que por força do disposto na Lei nº 11.457, de 16/03/2007, as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições previdenciárias passaram para a competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil, sugere-se que o referido Órgão seja instado a promover a apuração desta denúncia.

Ofício nº. 0403/2015/GIFUG BR ARRECAÇÃO E REPASSE (fls. 446/448)

1. Em resposta ao Ofício nº 137/2015, enviamos listagem com informação de recolhimentos do FGTS efetuados pela empresa Planalto Service Ltda, em favor dos empregados que prestam serviço a esse órgão, na condição de tomador de serviço, conforme art. 15, §§ 1º e 2º, da lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

[...]

2. Cumpre destacar que até a presente data não consta registro de débito apurado para a empresa Planalto Service Ltda, encontrando-se o CRF – Certificado de Regularidade do FGTS liberado.

3. Considerando as denúncias apontadas por essa Instituição e com fundamento no art. 23 da lei nº 8.036/90, foi solicitada fiscalização da empresa referida, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), conforme Ofício nº 0372/2015/GIFUG/BR7, cópia anexa.



Ofício 135/2015 (fl. 494) – endereçado ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

[...]

Assunto: **Informação sobre cadastro eleitoral.**

[...]

Solicito a Vossa Excelência informação sobre a situação eleitoral da Senhora **PRISCILLA DE ASSIS TERRA**, Título de Eleitor nº 120.764.690.353, para instruir os autos do Processo nº 001-001254/2014, que tramita nesta Casa de Leis.

41. Por fim, cabe destacar, que a documentação apontada no item “e” do último parágrafo do Ofício nº 249/GP encontra-se inserida nos Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX.

ANÁLISE

42. A tabela a seguir indica as irregularidades anotadas pelo Corpo Técnico na fase processual antecedente, após análise da manifestação então apresentada pela CLDF em cumprimento ao item II da Decisão nº 5.539/2013 (fl. 13):

competência 02/2013	irregularidades
relatório sefip "Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo sefip - Tomador de Serviços/Obra" fl. 182* aponta valor devido à PS R\$ 10.254,49 e contribuição segurados - devida de R\$ 2.449,81 SF R\$ 397,12 e retenção de R\$ 20.023,34 (com valor abatido pelo sefip de R\$ 0,00 e valor a compensar/restituir R\$ 20.023,34).	nota fiscal de prestação de serviço nº 6193 aponta um valor destacado relativo à retenção de R\$ 8.581,88 - Papel de Trabalho - Notas Fiscais Prestação de Serviços
relatórios do sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" fls. 183*, 184*, 185*, 186*, 187*, 188* e 189* apontam o valor a recolher de 0,00 para PS e R\$ 407.183,44 no código 2119 - Empresas em Geral - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SESC, SESI, SENAI, etc.)	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é a acostada à fl. 187*, pois, foi a última transmitida via SEFIP.

*Anexo VII



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 584

Proc.:
34194/2013

competência 03/2013	irregularidades
relatório sefip "Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo sefip - Tomador de Serviços/Obra" fl. 276 aponta valor devido a PS R\$ 10.249,48 e contribuição segurados - devida de R\$ 2.448,88 SF R\$ 397,12 e retenção de R\$ 9.036,06 (com valor abatido pelo sefip de R\$ 8.893,40)	nota fiscal de prestação de serviço nº 6314 aponta um valor destacado relativo à retenção de R\$ 8.540,09 - Papel de Trabalho - Notas Fiscais Prestação de Serviços
relatórios do sefip "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS" fls. 277, 278, 280, 282, 284, 286 e 288 apontam o valor a recolher de 0,00 para PS e R\$ 418.475,64 no código 2119 - Empresas em Geral - CNPJ - Pagamento exclusivo para Outras Entidades (SESC, SESI, SENAI, etc.)	nos termos do item 10.1 do Manual da GFIP/SEFIP, a transmissão de mais de uma GFIP para uma mesma chave, ou seja, com o mesmo CNPJ/CEI do empregador/contribuinte, mesma competência, mesmo FPAS e mesmo código de recolhimento, a Previdência Social considera a GFIP/SEFIP entregue posteriormente como GFIP/SEFIP retificadora, substituindo as informações anteriormente prestadas na GFIP/SEFIP com a mesma chave (considerando diferentes os números de controle). Assim, para a previdência social, a GRF válida é a acostada à fl. 282, pois, foi a última transmitida via SEFIP.

43. Conforme se verifica da leitura do Ofício nº 249/GP, bem como da documentação anexa, a CLDF não esclareceu as irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico.

44. As informações encaminhadas pela CLDF corroboram as evidências de possíveis irregularidades praticadas pela empresa Planalto Service Ltda., em relação ao recolhimento de contribuições sociais, desde a primeira análise efetuada pelo Corpo Técnico.

45. Nesse sentido, cabe destacar que, diante da denúncia apresentada por cidadão, a Câmara Legislativa do Distrito Federal tomou providências para fins de confirmar os recolhimentos dos encargos trabalhistas e sociais pela empresa Planalto Service Ltda. perante a Receita Federal do Brasil - RFB, a Caixa Econômica Federal - CEF¹⁰ e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

¹⁰ A Caixa Econômica Federal é o Agente Operador do FGTS. A ela cabe centralizar todos os recolhimentos, manter controlar as contas vinculadas em nome dos trabalhadores e estabelecer procedimentos, tanto administrativos quanto operacionais, dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregados, e dos trabalhadores que integram o sistema FGTS. A Caixa emite os Certificados de Regularidade do FGTS - CRF, que atestam se os empregadores e tomadores de recurso estão em dia com suas obrigações perante o Fundo, e também define procedimentos operacionais que serão necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidos pelo Conselho Curador e financiados com recursos do FGTS, e ainda:

- emite regularmente extratos individuais correspondente às contas vinculadas e participa da rede arrecadadora e pagadora do FGTS;
- elabora as análises jurídicas e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana, saneamento básico a serem financiados com recurso do FGTS;
- elabora as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério das Cidades;
- implementa os atos emanados do Ministério das Cidades relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;
- atua como agente financeiro no repasse de recursos do Fundo aos beneficiários do programas sociais do FGTS; **Disponível em: http://www.fgts.gov.br/quem_operas.asp. Acesso em 25.02.2016.**



46. De acordo com informações da CEF, até a data do Ofício nº 0403/2015/GIFUG BR ARRECADAÇÃO E REPASSE, **04.05.2015**, não constava registro de débito nos recolhimentos de FGTS pela empresa Planalto Service Ltda.

47. Quanto à regularidade dos encargos sociais, existe a informação do INSS de que, em consulta a sistemas corporativos somente foi possível localizar uma das Guias da Previdência Social – GPS noticiadas em denúncia firmada por cidadã contra a empresa Planalto Service Ltda.

48. Por outro lado, a RFB, até a data de emissão do Ofício nº 249/GP, 27.05.2015, não havia se manifestado acerca da denúncia indicada no parágrafo anterior.

49. Por fim, relevante a notícia de que empregados que prestam serviços no âmbito da CLDF não foram inseridos na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano base 2012.

50. Diante do discutido, quanto à comprovação da regularidade com a seguridade social, tendo em conta o tempo decorrido desde a data de protocolo do Ofício nº 249/GP, entendemos que o Tribunal possa determinar à CLDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte de Contas o deslinde, encaminhando a documentação comprobatória:

a) da solicitação à empresa Planalto Service Ltda. acerca dos nomes dos empregados que prestam serviços no âmbito dessa Casa Legislativa que não foram informados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano base 2012;

b) do Ofício nº 138/2015 encaminhado à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, solicitando apuração de denúncia de supostas irregularidades em 5 (cinco) Guias da Previdência Social – GPS com o mesmo número de autenticação, porém de valores e datas diferentes.

II – DAS DILIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ITEM IV DA DECISÃO Nº 338/2015

II.1 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

51. Conforme noticiado no item I.1 desta instrução (fls. 569/572), via Ofício nº 243/2015-GAB/SEMA (fls. 332/333), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF assim se manifestou:

a) Esta Secretaria solicitou à PLANALTO SERVICE LTDA, que realizasse Cadastro Específico do INSS – CEI orientada pela Secretaria de Estado de Transporte e Controle – Controladoria Geral do Distrito Federal (sic), conforme Memorando nº 45/2014 – SUAG/SEMA, e Relatório de Auditoria nº 02/2014 – DIMAT/CONIE/STC (cópias anexas), cujo trecho passamos a transcrever:



“Uma das formas de minimizar os riscos seria exigir que as empresas contratadas providenciassem um Cadastro Específico do INSS – CEI para cada Contrato de prestação de Serviços, de modo que uma folha de pagamento específica pudesse ser processada por contrato e por consequência, possibilitando a geração de guias de recolhimento dos encargos previdenciários e trabalhistas separadamente dos demais empregados da empresa. De modo que o executor do contrato teria condições de atestar com segurança o recolhimento dos encargos previdenciários e trabalhistas.” (sic)

ANÁLISE

52. Em que pese a orientação da então Secretaria de Transparência e Controle¹¹, no sentido de exigir que as empresas contratadas providenciassem matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, conforme visto nos 17/37 da Informação nº 101/2014 (fls. 208/226), esse procedimento não encontra guarida na legislação pertinente, uma vez que a empresa prestadora de serviço com cessão de mão de obra deve informar os fatos geradores da previdência social, bem como as bases de incidência do FGTS, no SEFIP da forma indicada no item 3 – TOMADOR DE SERVIÇO/OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL do Manual da GFIP/SEFIP para Usuário do SEFIP 8.4:

3 – TOMADOR DE SERVIÇO / OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

O cedente de mão-de-obra e o prestador de serviços (inclusive a cooperativa de trabalho) devem relacionar os trabalhadores e outros dados de forma distinta, por tomador, informando o CNPJ/CEI, a razão/denominação social e o endereço do tomador de serviço/contratante.

Para prestar as informações distintas por tomador, deve ser utilizada a opção “Alocação” (na digitação dos dados diretamente no SEFIP) para cada trabalhador, ou identificar o tomador no registro do trabalhador (no caso de importação de folha de pagamento), associando cada trabalhador ao respectivo tomador para o qual prestou serviços na competência.

Para informar o pessoal administrativo e operacional, bem como os dados não referentes a tomador, é necessário cadastrar/informar a própria empresa nos campos de identificação do tomador, e alocar/vincular os trabalhadores ao tomador – própria empresa.

Para os códigos 150 e 155, tanto os trabalhadores que prestaram serviços a tomador quanto os trabalhadores administrativos devem ser informados no mesmo movimento, compondo uma só GFIP/SEFIP, com informações distintas por tomador. Para os códigos 130, 135, 211 e 608, o pessoal administrativo deve ser informado em outro movimento, com código de recolhimento distinto.

[...]

Nos dados cadastrais do tomador, no caso de:

- a) trabalhador avulso, observar as orientações do item 1 do Capítulo IV;*
- b) cessão de empregado, informar os dados do órgão ou empresa contratante;*

¹¹ Atual Controladoria - Geral do Distrito Federal – CGDF, consoante o art. 5º do Decreto nº 36.236, de 01.01.2015.



c) prestação de serviço, informar os dados do estabelecimento da empresa onde o trabalhador está prestando serviço.

NOTAS:

1. A empresa cedente deve relacionar os trabalhadores ao correspondente tomador. No caso da cessão de um mesmo trabalhador para mais de um tomador no mês, este deve estar vinculado aos respectivos tomadores, com as correspondentes remunerações. O mesmo se aplica aos trabalhadores que prestam serviços a mais de uma obra de construção civil, bem como àqueles que prestam serviços a tomador/obra e à administração da empresa, na mesma competência.

53. Diante disso, será sugerido o encaminhamento de cópia da Informação nº 25/2016 (fls. 567/598) e do Relatório/Voto condutor da decisão a ser proferida à Controladoria - Geral do Distrito Federal – CGDF, para fins de conhecimento e adoção das medidas que julgar pertinentes, em relação a esse assunto.

II.2 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG

54. No dia 12.03.2015, tempestivamente¹², a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – Seplag, por intermédio do Ofício nº 401/2015-GAB/SEPLAG (fl. 247), de 09.03.2015, e anexos (fls. 248/253), noticiou que encaminhou o Ofício nº 1028/2015-GP à então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – Segad, uma vez que, diante da edição do Decreto nº 36.236¹³, de 01.01.2015, parte das atribuições, bem como das competências da Seplag foram transferidas à Segad.

55. Cabe destacar que, nos termos do art. 1º do Decreto nº 36.825¹⁴, de 22.10.2015, a Segad passou a integrar a Seplag.

¹² Tendo em conta a data do recebimento do Ofício nº 1028/2015-GP (fl. 242).

¹³ Decreto nº 36.236/2015, dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal.

[...]

Art. 8º Sem prejuízo do disposto nos demais artigos deste Decreto, são realizadas as seguintes alterações:

[...]

§2º São transferidos os órgãos, competências, atribuições, cargos e funções:

[...]

III – Da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, a Subsecretaria de Logística e a Subsecretaria de Licitações e Compras para a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, mantendo-se na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão estrutura necessária para oferecer suporte à Tecnologia da Informação e Comunicação do órgão; (grifo nosso)

¹⁴ Decreto nº 36.825/2015, dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

[...]

Art. 1º A Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal passa a integrar a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, cuja denominação é mantida.



56. Via Ofício nº 439/2015-GAB/SEPLAG (fl. 254), de 20.03.2015, e anexos (fls. 255/322), a Seplag encaminhou cópia integral do Processo nº 411.000.076/2009, bem como manifestação da Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL, da então Segad, acerca do desfecho do referido processo administrativo.

57. Nesse sentido, cumpre transcrever o teor da Nota Técnica nº 08/2015 – SULOG/SEGAD (fls. 256/257), de 12.03.2015, em parte:

O processo em epígrafe foi autuado com objetivo de apurar a veracidade e autenticidade dos documentos apresentados pela Planalto Service Ltda. no âmbito do Pregão Eletrônico nº 16/2009.

Considerando a informação do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal contida no Ofício nº 051/09/ADM/CRA/DF (fl. 03 do Processo 411.000.076/2009), de que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado sobredita empresa, não correspondia na íntegra com a cópia arquivada no CRA/DF, o Pregoeiro registrou que no transcorrer da sessão do pregão em apreço houve tentativa de fraude (fl. 08 do Processo 411.000.076/2009).

Assim, os autos foram encaminhados à Comissão de Julgamento de Penalidades (fl. 09 do Processo 411.000.076/2009), resultando na emissão da Notificação n.º 003/2009 (fl. 12 do Processo 411.000.076/2009), para que a empresa Planalto Service Ltda. apresentasse defesa junto à Comissão de Apuração de Irregularidades Administrativas as alegações relacionadas às supostas irregularidades apontadas, tendo a empresa apresentado a Defesa (fls. 15/45 do Processo 411.000.076/2009).

Foi designado membro da Comissão de Apuração de Irregularidades Administrativas para a análise e emissão de parecer quanto à possível infração cometida pela empresa Planalto Service Ltda. (fl. 46 do Processo 411.000.076/2009).

O Relatório nº 001/2009-CJP/SECOM/SUPRI/SEPLAG (fl. 47 do Processo 411.000.076/2009), elaborado pelo Membro da Comissão de Julgamento de Penalidades não foi conclusivo quanto à penalização da mencionada empresa, tendo sugerido o encaminhamento dos autos à ATL/CECOM para conceder orientações e subsídios para condução do processo, porém, não consta nos autos peça processual de encaminhamento à ATL/CECOM, tampouco manifestação da referida unidade.

A Coordenação de Procedimentos Licitatórios emitiu, posteriormente, o Ofício nº 16/2009-COPROL/CECOM/SEPLAG (fl. 48 do Processo 411.000.076/2009), solicitando para o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, a confirmação da existência e veracidade de certidões apresentadas pela empresa Planalto Service Ltda.

Considerando a ausência de resposta da mencionada entidade foi juntado aos autos despacho (fl. 50 do Processo 411.000.076/2009) encaminhando o processo para o Presidente da Comissão de Apuração de Infrações Licitatórias, porém não consta dos autos a confirmação de encaminhamento ou movimentação do Sistema de Controle de Processos -SICOP.

Desde a sobredita manifestação, nenhuma outra peça foi juntada aos autos.

Uma vez que esta Subsecretaria tomou conhecimento que não houve conclusão do Processo nº 411.000.076/2009 imediatamente oficiou a Coordenação de Licitações - COLIC, por meio do Memorando 102/2015-SULOG/SEGAD, determinando o envio imediato do Processo a esta



Subsecretaria para posterior encaminhamento à Unidade de Controle Interno - UCI, para conhecimento da atual situação relacionada à apuração objeto do processo e para avaliar sugestão de instauração de Comissão para dar continuidade à averiguação em apreço e de Comissão de Sindicância para verificar se houve falha da atuação dos servidores responsáveis pela condução do referido Processo.

ANÁLISE

58. Verifica-se que a diligência estabelecida mediante o item IV, alínea “b”, da Decisão nº 338/2015 foi cumprida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

59. Contudo, tendo em conta o tempo decorrido desde a data dos esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, via Ofícios nºs 401 e 439/2015-GAB/SEPLAG, esse Corpo Técnico entrou em contato telefônico¹⁵ com a Pasta para fins de obtenção de informações acerca do andamento do Processo nº 411.000.076/2009.

60. Na oportunidade, essa 2ª Divisão de Acompanhamento recebeu cópias digitalizadas das folhas 51/94, relativas ao andamento processual dos Autos nº 411.000.076/2009 após o atendimento da determinação do Tribunal. Essa documentação foi acostada às fls. 497/562.

61. Com base na análise efetuada pela Assessoria Jurídico-Legislativa, por meio da **NOTA/JL/SEGAD/Nº 217/2015** (fls. 551/553), de 22.09.2015, nos termos transcritos a seguir, em parte, o Secretário Titular da Pasta (fl. 562) determinou a instauração de Comissão de Sindicância no âmbito da SEPLAG para fins de apuração de responsabilidade pela inércia da Administração na aplicação de penalidade à empresa Planalto Service Ltda. no Pregão Eletrônico nº 16/2009, por suposta apresentação de Atestado de Capacidade Técnica e Certidão emitida pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF adulterados, uma vez que o referido atestado não correspondia na íntegra com a cópia arquivada no Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF, bem como ausência de numeração no canto superior direito de controle interno da CRA/DF na certidão referenciada.

A análise dos autos indica que eventual possibilidade de responsabilização da licitante PLANALTO SERVICE LTDA. restou fulminada pela prescrição, tendo em vista o que disposto na Lei n.9.873/99, aplicável por analogia a esta entidade federativa

Vejamos o que preceitua o artigo 10 da Lei n. 9.873/99:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem

¹⁵ Em 25.02.2016.



prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.

No presente caso verifica-se que o processo administrativo em epígrafe ficou paralisado de 27/08/2009 a 09/03/2015 (fl. 51-v), de modo que restou prejudica qualquer medida punitiva em face da licitante Planalto Service Ltda. (sic)

Eventualmente, ainda que se levasse em consideração o prazo prescricional previsto na legislação penal, melhor sorte não assistiria à Administração, conforme passamos a demonstrar.

Com efeito, a conduta praticada pela empresa licitante, em tese, se amolda ao tipo penal previsto no art. 93 da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 93. Impedir, perturbar ou **fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório**:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. (grifamos)

[...]

Muito embora a Lei n. 8.666/93 tenha previsto expressamente os crimes licitatórios, não disciplinou os prazos prescicionais, remetendo a matéria para aplicação subsidiária do “Código de Processo Penal e **da Lei de Execução Penal**” (impropriedade legislativa da Lei 8.666/93, que na verdade quis dizer “Código de Processo Penal e **do Código Penal**”), que regulam o instituto da prescrição, conforme preceitua o seu art. 108:

“Art. 108. No processamento e julgamento das infrações penais definidas nesta Lei, assim como nos recursos e nas execuções que lhes digam respeito, **aplicar-se-ão, subsidiariamente, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal.**” (grifamos)

Nessa esteira, considerando o prazo prescricional previsto no art. 109, inciso v, do Código Penal, não há mais que se falar em eventual responsabilização penal da empresa PLANALTO SERVICE LTDA., e por via de consequência, não há que se falar também em responsabilização administrativa.

“Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010).

V - **em quatro anos**, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; (grifamos)”

Não obstante tal circunstância, esta Assessoria Jurídica alerta a Administração quanto a necessidade de apuração da inércia verificada no presente processo, conforme já ressaltado pela Unidade de Controle Interno desta Pasta por meio do Despacho de fl. 82.



ANÁLISE

62. Realmente tanto a Lei nº 8.666/1993 com a Lei nº 10.520¹⁶, de 17.07.2002, não estabelecem prazo prescricional para aplicação de sanções administrativas nelas constantes.

63. Nos termos do § 5º do art. 37 da Constituição Federal de 1988, a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

64. Diante da lacuna no direito positivo, relativamente a licitações e contratos, consoante estabelece o art. 4º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a aplicação do direito será efetuada por meio da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

65. Assim, tendo em conta que a ausência de prazo prescricional não tem o condão de sujeitar o servidor público ou o particular eternamente à aplicação de sanções pela Administração, partindo da solução prevista em lei para determinada situação, a analogia permite a aplicação da mesma solução para caso semelhante que não esteja prevista em lei.

66. O prazo prescricional de 5 (cinco) anos é estabelecido em várias normas de direito público, entre elas as listadas a seguir, além de outras:

Lei nº 4.717, de 29.06.1965, regula a ação popular.

Art. 21. A ação prevista nesta lei prescreve em 5 (cinco) anos.

Lei nº 9.873, de 23.11.1999, estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Lei nº 5.172, de 25.10.1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Lei Complementar nº 840, de 23.12.2011, dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.

Art. 208. A ação disciplinar prescreve em:

¹⁶ Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.



I – cinco anos, quanto à demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II – dois anos, quanto à suspensão;

III – um ano, quanto à advertência.

67. Portanto, tendo em conta que a relação que deu origem ao suposto ilícito praticado pela empresa Planalto Service Ltda. tem assento no Direito Público, esse Corpo Técnico entende que é razoável a aplicação da analogia no presente caso, utilizando-se para tanto o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

68. Dessa forma, diante do discutido, a Administração não pode aplicar sanção à empresa Planalto Service Ltda., quanto ao ato ilícito verificado no âmbito do Processo nº 411.000.076/2009. Ressalvada a apuração da responsabilidade daqueles servidores que deram causa ao transcurso do lapso temporal sem adoção de medidas necessárias para sua concretização.

69. Tendo em conta que, por meio do Despacho nº 10/2016-GAB/SEPLAG, o titular da Pasta encaminhou os Autos de nº 411.000.076/2009 à Subsecretaria de Administração Geral para fins de instauração de comissão de sindicância, entendemos esgotada a atuação do Controle Externo, uma vez que a instauração ou o controle dos resultados de sindicâncias ou de procedimentos administrativos disciplinares não se encontram entre as competências constitucionais e legais dos Tribunais de Contas.

70. Assim, a apuração do fato deve ser resolvida no âmbito da própria Administração ou no Poder Judiciário. A questão foi discutida nesta Corte de Contas no Relatório Voto Condutor da Decisão nº 6.311/2013 (Processo nº 18.651/2013) nos seguintes termos:

RELATÓRIO

[...]

O titular da SEACOMP, porém, nos termos da Informação nº 105/2013 – SEACOMP, teceu considerações contrárias à determinação de instauração de processo administrativo, verbis:

3. Em que pesem os argumentos apresentados na Informação nº 58/2013 (fls. 234/241), deixo de endossar as proposições contidas às folhas 240/241, uma vez que questões de natureza disciplinar, tratadas em sindicância e processo administrativo disciplinar, são dirimidas entre as partes envolvidas: órgão/entidade e seu respectivo servidor/empregado, haja vista o Tribunal não possuir competência para ordenar a instauração direta dos referidos procedimentos a seus jurisdicionados.

4. Nesse sentido, os Acórdãos nos 495 e 1.922/2008, bem como os de nos 104 e 2.906/2009, do Tribunal de Contas da União – TCU, a seguir transcritos, em parte:

Acórdão nº 495/2008

(Voto)

Também considero inadequada a determinação posta no item 7.1.2 (instaure, no prazo de 30 dias, sindicância para verificar o cumprimento do horário de



trabalho do Chefe de Divisão de Convênios e Gestão do NEMS/RN, Antônio Francisco de Araújo). Além da ausência de provas conclusivas, que expus acima, verifico outra impossibilidade insuperável para promover determinações do tipo. De pronto, estou ciente de que esta Corte, de forma recente e gradativa, tem determinado a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares. Cito, a título de exemplo, o Acórdão 96/2008 - Plenário e o Acórdão 927/2007 - Plenário. Alguns deles, inclusive, determinam a remessa de cópia dos processos a este Tribunal. Refletindo sobre a matéria, cumpre-me mencionar excertos do Acórdão 185/2008 - Plenário: [...] Daí a seguinte questão: em qual competência poder-se-ia enquadrar a determinação para que órgãos instaurem procedimentos disciplinares? Não vislumbro nas competências constitucionais e legais qualquer possibilidade de enquadramento, a não ser que delas se faça interpretação forçada. Os poderes, e não competências como quer fazer crer o texto constitucional, dispostos nos incisos VIII a XI do art. 71 da Carta só podem ser lidos a partir das competências. Lembro que, como dito no precedente que mencionei, esta Corte possui jurisdição e competência próprias estabelecidas pela Constituição Federal e pela sua Lei Orgânica. Isto revela que o TCU não possui competência genérica, não é *custus legis*, tendo feição constitucional de jurisdição especializada. Portanto, não é toda e qualquer possível ilegalidade atribuível a administrador público que se insere dentro das competências do TCU. [...] Com isso, quero dizer que os problemas de ordem disciplinar, que são processados em sindicância e processo administrativo disciplinar, resolvem-se entre o órgão e seu servidor. Um raciocínio lógico parece-me elucidativo: uma vez que o TCU não pode sindicat os resultados dos procedimentos mencionados, não tem sentido determinar sua instauração, uma vez que o órgão tem competência para determinar seu imediato arquivamento em juízo de mérito (STJ. ROMS 10.233 e ROMS 11841: A regularidade do processo disciplinar deve ser apreciada pelo Poder Judiciário sob o enfoque dos princípios da ampla defesa, do devido processo legal e do contraditório, não estando autorizado a incursionar no chamado mérito administrativo. Ressalto que as competências do Poder Judiciário são em muito mais extensas que as desta Corte). [...] Creio que estas observações bastam para que a proposta de determinação seja inviabilizada por incompetência absoluta desta Corte.

Acórdão nº 1.922/2008

(voto)

5. Não é compatível com as atribuições de controle externo a cargo deste Tribunal, a meu ver, determinação ao órgão instaurador da tomada de contas especial com vistas à abertura de processo administrativo disciplinar, ainda que a irregularidade apurada assim o exija, conforme prevê o dispositivo inserto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

6. Entendo que medida dessa natureza não teria a finalidade resguardar os cofres públicos do dano efetivamente apurado, mas, sim, de provocar a manifestação de instâncias de julgamento estranhas a esta Corte de Contas. Em outras palavras, observo que a instauração de PAD é medida afeta tão-somente ao controle administrativo hierárquico, baseado no princípio da autotutela, e não ao controle externo legislativo financeiro atribuído constitucional e legalmente a esta Corte de Contas.

Acórdão nº 104/2009



(Voto)

11. No segundo caso, porque, conforme entendimento expresso no acórdão 495/2008 - Plenário, o TCU não possui competência para determinar a instauração de sindicância ou Processo administrativo destinado a apurar infração meramente disciplinar cometida por servidor público.

Acórdão nº 2.905/2009

(Voto)

22. Conforme demonstrarei adiante, mantenho minha convicção quanto aos fundamentos básicos da tese que defendi no Acórdão 495/2008-Plenário. Reafirmo, nesse sentido, que os procedimentos previstos no art. 143 da Lei nº 8.112/90 - sindicância e processo administrativo disciplinar -, sendo estritamente vinculados ao poder disciplinar da Administração, não podem ser instaurados por determinação direta desta Corte de Contas, por falta de competência para tal mister.

23. Por outro lado, reconheço que, ao apresentar essa tese no acórdão embargado, considerei que alguns de seus aspectos eram implícitos, daí não haver dissertado sobre eles. Por esse motivo, julgo conveniente fazê-lo nesta oportunidade, com o objetivo de elidir a aparente contradição apontada pelo recorrente.

24. De fato, assiste razão ao digno Procurador quando assevera que este Tribunal não pode eximir-se da competência para impor aos gestores responsáveis, sob certas circunstâncias, a apuração de fatos e condutas de agentes públicos que possam prejudicar o erário ou caracterizar atos de gestão ilegais ou ilegítimos.

25. É o caso das determinações para as providências preliminares, de caráter apuratório, para a eventual instauração de tomada de contas especial, em que a Administração vê-se obrigada, sob pena de condenação solidária, a levantar os fatos, quantificar o dano e identificar os responsáveis, ex vi do art. 8º da Lei 8.443/92. Também é a hipótese das apurações para identificar eventual prejuízo ao erário em decorrência do não cumprimento da jornada de trabalho. A própria acumulação ilegal de cargo público - analisada neste processo - pode implicar a ilegalidade de um dos atos de admissão do servidor (respeitada a possibilidade de opção, conforme art. 133 da Lei 8.112/90), nos termos do art. 1º, inciso V, da Lei 8.443/92.

26. Em todos esses exemplos, é poder-dever deste Tribunal, em estrita consonância com suas competências, apurar ou ordenar que se apurem as respectivas irregularidades, inclusive com a identificação dos responsáveis. Isso, contudo, não deve ser feito mediante determinação direta para a instauração de sindicância ou de procedimento administrativo disciplinar, competência que este Tribunal não possui.

27. A apuração ordenada pelo Tribunal deve ser feita, em regra, com os meios que o Administrador julgar mais adequados, não necessariamente via sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD). Frise-se: o Tribunal não ordenou, no acórdão embargado, a instauração de procedimento disciplinar, mas sim a apuração dos fatos, em sentido amplo.

[...]

29. Sob esse prisma, não interessam ao Tribunal os efeitos disciplinares de eventual sindicância ou PAD derivados de uma determinação sua, mas sim



as informações colhidas pela autoridade administrativa, para fins de responsabilização perante o controle externo e, reflexamente, a correção do ato ou procedimento irregular coibido pela Corte de Contas.

[...]

37. A par dessa explanação, friso que o poder deste Tribunal para determinar "apurações", no sentido amplo da palavra, não se aplica à averiguação de faltas disciplinares tipificadas pelo descumprimento dos deveres previstos no art. 116 ou pela prática dos atos descritos no art. 117, ambos da Lei 8.112/90, nem a outras condutas legalmente reprovadas que não estejam, porém, sob a fiscalização direta deste Tribunal. Em tais hipóteses, cumpre a esta Corte de Contas valer-se de uma outra atribuição constitucional e legal, não menos eficaz que a fiscalização direta, que é a de representar ao poder competente, nos termos do art. 71, inciso XI, da Constituição Federal, e do art. 1º, inciso VIII, da Lei 8.443/92. Ressalto que essa medida viabiliza uma atuação pronta e célere da autoridade administrativa responsável, principalmente quando endereçada a agentes de hierarquia superior, a exemplo dos Ministros de Estado.

38. Dicção semelhante foi adotada no recente Acórdão 104/2009-Plenário, relatado pelo Exmo. Ministro Aroldo Cedraz, proferido na Sessão de 4/2/2009. Nesse aresto, o Relator baseou-se no entendimento firmado no Acórdão 495/2008-Plenário, ora embargado, para fixar a seguinte exegese, assim registrada na respectiva ementa: "O TCU é incompetente para determinar a abertura de sindicância ou Processo administrativo destinado a apurar infração meramente disciplinar cometida por servidor público".

[...]

40. Entretanto, conforme expus, entendo mais escorreito que este Tribunal não imponha, de forma direta, a sindicância ou o processo administrativo disciplinar como instrumento das apurações por ele determinadas, principalmente quando houver apenas indícios - e não provas - de irregularidade. Repito, nesse sentido, que os procedimentos de apuração disciplinar previstos na Lei 8.112/90 são, para o controle externo, meras formas instrumentais, acessórias, dos objetivos principais, a saber: a coibição do ato irregular, a identificação dos responsáveis para efeito de responsabilização perante o Tribunal e a reparação do eventual prejuízo ao erário.

41. Feita essa explanação, cabe fixar, de forma mais precisa, os dois aspectos basilares do entendimento sustentado no Acórdão 495/2008-Plenário, tomando-se por base excerto da ementa do referido decismum:

- "Não é competente o Tribunal de Contas da União, jurisdição constitucional especializada, para determinar diretamente a instauração ou para controlar resultados de sindicâncias ou de procedimentos administrativos disciplinares, porquanto tais poderes não se subsomem às competências constitucionais e legais de que é detentor. A omissão ilegal da autoridade competente resolve-se no âmbito da própria Administração ou no Judiciário."

- O Tribunal de Contas da União pode determinar à autoridade administrativa que apure indícios de irregularidades cuja fiscalização esteja prevista nas competências desta Corte.

[...]



Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, opostos pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, contra o Acórdão 495/2008 - Plenário

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, alterando-se parte da ementa do Acórdão 495/2008-Plenário, na forma indicada a seguir:

(...)

Não é competente o Tribunal de Contas da União, jurisdição constitucional especializada, para determinar diretamente a instauração ou para controlar resultados de sindicâncias ou de procedimentos administrativos disciplinares, porquanto tais poderes não se subsumem às competências constitucionais e legais de que é detentor. A omissão ilegal da autoridade competente resolve-se no âmbito da própria Administração ou no Judiciário. (alterado)

O Tribunal de Contas da União pode determinar à autoridade administrativa que apure indícios de irregularidades cuja fiscalização esteja prevista nas competências desta Corte. (acrescido)

[...]

VOTO

[...]

Em primeiro lugar, acompanho o entendimento do titular da SEACOMP, lastreado em sólida jurisprudência do TCU, no sentido de que este Tribunal não pode determinar instauração de processo administrativo, mas apenas apurar os fatos.

III – DA REPRESENTAÇÃO Nº 26/2013-CF E DO OFÍCIO Nº 279/2013-CF

71. A Representação nº 26/2013-CF e o Ofício nº 279/2013-CF tratam de supostas irregularidades praticadas pela empresa Planalto Service Ltda. no âmbito de contratos de prestação de serviços contínuos com a CLDF, Sema/DF, Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e Codeplan/DF, a exemplo de Guias da Previdência Social com valores conflitantes, apresentação de Atestado de Capacidade Técnica e Certidão emitida pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF adulterados.

72. Diante da análise efetuada, dos elementos e das informações trazidas aos autos pelas Jurisdicionadas, verifica-se que a Representação é procedente.

IV – DA CONCLUSÃO E SUGESTÕES

73. Conforme verificado nesta fase processual, esse Corpo Técnico concluiu que a Representação nº 26/2013 é procedente.

74. Verificou-se ainda que os esclarecimentos prestados pelas Jurisdicionadas indicadas no item III são insuficientes, uma vez que não se pronunciaram acerca das impropriedades apontadas nos papéis de trabalho

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 597

Proc.:
34194/2013

associados aos autos no e-TCDF, bem como as Jurisdicionadas não encaminharam a documentação não localizada pelo Corpo Técnico na fase processual anterior.

75. Cabe destacar que, apesar do envio de cópia do inteiro teor da Decisão nº 338/2015 à empresa Planalto Service Ltda., por meio do Ofício nº 1999/2015-GP (fl. 324), bem como apesar da referida firma ter realizado vista aos autos (fls. 325/326 e 328), a Planalto Service Ltda. não se manifestou acerca da irregularidades apontadas no § 56 da Informação nº 101/2014, indicadas na tabela abaixo:

	irregularidades
1	existência de várias GRFs com a mesma chave e transmitidas via SEFIP na mesma data, porém em horários diferentes, a exemplo daquelas constantes no Papel de Trabalho Chave
2	tendo em conta a irregularidade acima, os dados da última GRF transmitida pelo SEFIP não conferem com os valores constantes na GRF de recolhimento, bem como com os recolhimentos efetuados nas GPSs apresentadas
3	ausência do relatório "Relação de Tomador/Obra - RET" da última GRF transmitida pelo SEFIP, relativo ao respectivo órgão/entidade contratante
4	divergência constante nos valores retidos e destacados em notas fiscais de serviços prestados na CLDF e informados no SEFIP relativos às competências 02, 03, 04, 05, 08 e 09/2013
5	informações relativas ao salário família inseridas no sefip (relatórios "Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS") conflitantes com os dados constantes na folhas de pagamento das competências 05, 10 e 12/2013, relativas ao contrato firmado com a Codeplan
6	ausência de valor devido à previdência social pela empresa contratada, uma vez que esse montante era sempre compensado por retenções e/ou quantias relativas a salário família/maternidade, em que pese o percentual de retenção efetuado nas notas fiscais de prestação de serviço (11%) ser inferior ao percentual utilizado para fins de cálculo do valor devido à previdência social (20% empresa + RAT - 1, 2 ou 3% + contribuições de segurados - 8, 9 ou 11%) que incidem sobre a mesma base de cálculo , ou seja, remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço

76. A situação encontrada no presente processo evidencia a existência de falhas na fiscalização dos contratos ora analisados que poderá ensejar a responsabilização da Administração pelos encargos sociais e trabalhistas, conforme discutido nos §§ 17/38 da Informação nº 101/2014.

77. Em consultas realizadas nos sítios da Controladoria-Geral da União – CGU e no Portal da Transparência do Distrito Federal, verificamos que não existem registros em nome da empresa Planalto Service Ltda. no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e na Lista de Empresas Punidas (fl. 563).

78. Dessa forma, será sugerido ao Tribunal que determine:

a) à CLDF, à Sema/DF, à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e à Codeplan que adotem, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas que julgarem necessárias para solucionar as irregularidades apontadas no Informação nº 101/2014, encaminhando ao TCDF, no mesmo prazo, as providências tomadas em relação a cada uma das impropriedades constantes nos papeis de trabalho associados aos autos no e-TCDF;

b) à Sema/DF, à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e à Codeplan que adotem, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas que



julgarem necessárias para solucionar as irregularidades apontadas no Informação nº 25/2016 (fls. 567/598), encaminhando ao TCDF, no mesmo prazo, as providências tomadas em relação a cada uma das impropriedades constantes nos itens I.1, I.2 e I.3, respectivamente;

79. Em relação à apresentação de Atestado de Capacidade Técnica e Certidão emitida pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal – CRA/DF adulterados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 16/2009, cuja apuração se deu no Processo nº 411.000.076/2009, diante do discutido no item II.2 desta informação (fls. 587/592), entende-se que o Tribunal possa determinar:

a) à CLDF, Sema/DF, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e Codeplan que, em relação aos contratos de prestação de serviço contínuo celebrados com a empresa Planalto Service Ltda. ainda vigentes:

a.1) façam circularização de todos os atestados de capacidade técnica e certidões apresentados pela empresa em apreço para fins de habilitação, no momento da contratação e nas prorrogações porventura aditadas com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, observando o interregno máximo de 5 (cinco) anos, tendo em conta o discutido no item II.2 desta instrução acerca do prazo prescricional para aplicação de sanções administrativas;

a.2) em caso de futuras prorrogações dos referidos ajustes ainda vigentes, desde que cumpridos os requisitos previstos no inciso II do art. 57 da Lei de Licitações, também promovam circularização dos documentos apontados na alínea precedente;

80. Quanto aos Processos nºs 460.000.327/2013 e 080.003.832/2014 (juntamente com seu Apenso – Processo nº 460.000.115/2015), entendemos que o Tribunal possa autorizar suas respectivas desapensações e os seus retornos à suas origens.

81. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário que:

I. tome conhecimento do/da:

- a) Ofício nº 243/2015-GAB/SEMA (fls. 332/333) e anexos (fls. 334/380), relevando sua intempestividade;
- b) Ofício nº 409/201-GAB/SE (fl. 387) e anexo (Processo nº 080.003.832/2014 – 6 Volumes), relevando sua intempestividade;
- c) Ofícios nºs 418, e 486-PRESI (fls. 390 e 391) e anexos (Anexos XI, XII e XIII e fls. 392/427);
- d) Ofício nº 249/GP (fls. 418/420) e anexos (fls. 421/495 e Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX);
- e) Ofícios nºs 401 e 439-GAB/SEPLAG (fls. 247 e 254) e anexos (fls. 248/253 e 255/322, respectivamente);
- f) documentação acostada às fls. 497/566;



II. em relação às diligências contidas na Decisão nº 338/2015:

a) item III, não cumprida quanto:

a.1) aos esclarecimentos acerca das impropriedades listadas nos papéis de trabalho elaborados pelo Corpo Técnico na fase processual antecedente, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – Sema/DF, pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan;

a.2) aos documentos ausentes, pela Sema/DF, pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e pela Codeplan;

b) item IV:

a) alínea “a”, cumprida, considerando insatisfatórias as manifestações apresentadas pela Sema/DF;

b) alínea “b”, cumprida;

III. considere procedente a Representação nº 26/2013-CF;

IV. determine:

a) à CLDF, à Sema/DF, à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e à Codeplan que adotem, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas que julgarem necessárias para solucionar as irregularidades apontadas no Informação nº 101/2014, encaminhando ao TCDF, no mesmo prazo, as providências tomadas em relação a cada uma das impropriedades constantes nos papéis de trabalho associados aos autos no e-TCDF;

b) à Sema/DF, à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e à Codeplan que adotem, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas que julgarem necessárias para solucionar as irregularidades apontadas no Informação nº 25/2016 (fls. 567/598), encaminhando ao TCDF, no mesmo prazo, as providências tomadas em relação a cada uma das impropriedades constantes nos itens I.1, I.2 e I.3, respectivamente;

c) à CLDF, Sema/DF, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal e Codeplan que, em relação aos contratos de prestação de serviço contínuo celebrados com a empresa Planalto Service Ltda. ainda vigentes:

c.1) façam circularização de todos os atestados de capacidade técnica e certidões apresentados pela empresa em apreço para fins



de habilitação, no momento da contratação e nas prorrogações porventura aditadas com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, observando o interregno máximo de 5 (cinco) anos, tendo em conta o discutido no item II.2 desta instrução acerca do prazo prescricional para aplicação de sanções administrativas;

c.2) em caso de futuras prorrogações dos referidos ajustes ainda vigentes, desde que cumpridos os requisitos previstos no inciso II do art. 57 da Lei de Licitações, também promovam circularização dos documentos apontados na alínea precedente;

d) à CLDF que noticie ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando documentação comprobatória, o deslinde:

d.1) da solicitação à empresa Planalto Service Ltda. acerca dos nomes dos empregados que prestam serviços no âmbito dessa Casa Legislativa que não foram informados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano base 2012;

d.2) do Ofício nº 138/2015 encaminhado à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, solicitando apuração de denúncia de supostas irregularidades em 5 (cinco) Guias da Previdência Social – GPS com o mesmo número de autenticação, porém de valores e datas diferentes;

V. autorize:

a) a desapensação dos Processos nºs 460.000.327/2013 (3 Volumes) e 080.003.832/2014 (6 Volumes e 1 Apenso – Processo nº 460.000.115/2015 – 1 Volume) e as suas devoluções aos órgãos de origem;

b) o encaminhamento de cópia do Relatório Voto condutor da decisão que for proferida e desta informação à Codeplan, à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, à Sema/DF, à CLDF (para fins de subsidiar o cumprimento das determinações contidas nos itens precedentes), bem como à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF (para fins de conhecimento e adoção das medidas que julgar pertinentes, em relação ao discutido no item II.1 desta instrução);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 88B00AE9
Proc 34194/2013

Fls.: 601

Proc.:
34194/2013

- c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.

À superior consideração.

Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

Roberto Dias Santiago
Matr. 665-3

DIGITALIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
SEGUNDA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 88B00AE9
Proc 34194/2013

Fis.: 602

Proc.:
34194/2013

Senhor Secretário,

De acordo com a instrução procedida nos autos e com as sugestões formuladas.

À alta consideração de V. S.^a

Divisão de Acompanhamento, /02/2016

MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS
Diretor

DIGITALIZADO